

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA DIA ONZE**
3 **DE SETEMBRO DE 2014, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO**
4 **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA-SEMDESC. HORÁRIO: 13h30min.**
5 **QUORUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos conselheiros (as): Lucidalva Barreto dos
6 Santos (representante da sociedade civil – Núcleo dos Assistentes Sociais); Gilmar da Silva Lima
7 (representante do governo - SEMDESC); Maria Martins da Silva Gomes (representante da
8 Sociedade Civil – Natal Justino da Costa); Severina Alda de Aguiar (representante da sociedade
9 civil - Núcleo dos Assistentes Sociais); Ilma Costa Marques (representação entidade assistencial -
10 Associação Mão Amiga); Junia Graciele Ribeiro Mendes (representante do governo - SESAU) e
11 Eudes Barbosa da Costa (representante do governo - Gabinete). Ainda presentes, Isabel Aparecida
12 Cruz Randi, técnica da SEMDESC, Larissa Carolina Barros Menezes, Chefe da Divisão dos
13 Conselhos ligados à Área e Kamilla Sousa Sales, Assessora Especial de Gabinete a serviço da
14 SEMDESC. E como convidados Giovanini de Bosco Rosa dos Santos e a acadêmica de serviço
15 social Elda Ferreira Rocha. Seguindo ao primeiro ponto de pauta “*Apresentação de relatórios da*
16 *Comissão de Análise de Pedido de Inscrição, acerca dos Relatórios 2013 e Planos de Trabalho*
17 *2014 das Entidades Inscritas*”, Junia fez a leitura da ata da comissão. Após a leitura foi pontuada a
18 necessidade de informação acerca das atividades realizadas no cumprimento de prestação de serviço
19 à comunidade ocorrida no Abrigo Frei Anselmo, bem como o detalhamento dos procedimentos na
20 área de enfermagem. Lucidalva sugeriu o envio de ofício pedindo estas informações, sendo acatado
21 por todos. Na oportunidade Giovanini pontuou a situação de retorno de trinta por cento dos
22 benefícios dos acolhidos, que de acordo com o Estatuto do Idoso deveriam ser repassados aos
23 mesmos, quando a entidade na verdade aplica um valor além do que é disponibilizado. Lucidalva
24 esclareceu que trata-se de uma questão legal, que deve ser discutida com o Ministério Público, pois
25 entende-se que a lei pretende resguardar o direito de autonomia do idoso acolhido, e que a avaliação
26 deve ser caso a caso. Quanto a APAE questionou a relação de rede mantida pela mesma com os
27 equipamentos públicos estatais (CRAS e CREAS), e ainda o atendimento oferecido ao idoso com
28 deficiência, que é pontuado na faixa etária atendida, porém não é detalhado nas atividades, sendo
29 sugerida realização de visita institucional com vistas a averiguação do exposto, sendo acatado por
30 todos. Quanto a Casa do Caminho, foi colocada a necessidade de contratação de profissional de
31 serviço social. Maria esclareceu que está sendo solicitado ao poder público municipal um aumento
32 do valor de repasse de subvenção pretendendo solucionar esta questão. Severina Alda ressaltou que
33 as entidades precisam ter certa autonomia financeira, não dependendo integralmente dos recursos
34 públicos. Colocando os Planos para aprovação foram aprovados os planos das entidades Associação
35 Mão Amiga e Casa do Caminho da Associação Natal Justino da Costa, da seguinte forma: Eudes
36 (aprova); Ilma (aprova) Júnia (aprova); Gilmar (aprova); Lucidalva (aprova); Maria (aprova) e

37 Dilma (aprova). Ficando os Planos da APAE e do Abrigo Frei Anselmo para deliberação posterior a
38 solução das pendências acima elencadas. Passando ao segundo ponto de pauta “*Apresentação do*
39 *Relatório da Comissão de Análise de Instrumentos Legais (Convênio Cofinanciamento Federal –*
40 *Mão Amiga)*”, Severina Alda fez a leitura do relatório, o qual reforçou a necessidade de destinação
41 do recurso ao serviço de Casas Lares, conforme deliberação do CMAS na reunião do mês de junho
42 deste ano. Severina Alda relatou que em visita à Associação Mão Amiga foi informada de que o
43 recurso tem sido repassado regularmente, contrariando a decisão do CMAS. Gilmar esclareceu que
44 houve um equívoco da funcionária responsável por empenhar o repasse, mas que no último mês não
45 foi repassado o recurso. Na oportunidade, Lucidalva ressaltou que infelizmente a Administração
46 não tem envolvido o CMAS nas decisões, especialmente quanto a repasse de recurso público ao
47 setor privado. Após discussões foi decidido o envio de ofício ao setor jurídico, e ao controle interno
48 da Prefeitura, esclarecendo a necessidade de cumprimento da deliberação do CMAS, juntamente
49 com cópia da ata da presente reunião, bem como cientificar a Associação Mão Amiga da decisão.
50 Passando para o terceiro ponto de pauta “*Apresentação do relatório de visita de fiscalização à rede*
51 *sociassistencial (Associação Mão Amiga)*”. Após a leitura do relatório procedida por Lucidalva, a
52 mesma falou da preocupação de situações de acolhimentos, que parecem estar sendo utilizadas
53 como primeira medida e não como medida excepcional, muitas vezes impulsionada pelo Conselho
54 Tutelar que tem se equivocado no exercício de sua função. Severina Alda falou ainda da
55 ineficiência do trabalho em rede, quando os equipamentos passam a ter conhecimento da
56 vulnerabilidade vivenciada por uma família quando ocorre o acolhimento institucional de suas
57 crianças e adolescentes. Quanto a entidade visitada foi pontuado o compromisso da mesma com o
58 oferecimento de um serviço pautado pelas orientações técnicas, inclusive com a capacitação de seus
59 funcionários. Passando para o quarto ponto de pauta “*Apresentação do relatório da Comissão*
60 *Temporária para análise dos PAS das Pequenas Centrais Hidrelétricas de Unaí (PCH Mata*
61 *Velha)*, Severina Alda informou que a visita foi realizada, no entanto, não foi possível a elaboração
62 do relatório de visita, ficando sua apresentação para a próxima reunião. Seguindo para o quinto
63 ponto de pauta “*Aprovação dos relatórios SIM/SUAS de agosto*”, Lucidalva procedeu a leitura de e-
64 mail enviado pela SEDESE esclarecendo que a pendência ocasionada por problemas do sistema
65 eletrônico no mês passado não causaria prejuízo aos municípios. Em seguida passou a leitura dos
66 relatórios. Lucidalva chamou a atenção para os números de atendimentos do CREAS que vem
67 diminuindo. Após análises, passou-se os relatórios para apreciação, tendo sido aprovados da
68 seguinte forma: Eudes (aprova); Ilma (aprova); Júnia (aprova); Gilmar (aprova); Lucidalva
69 (aprova); Maria (aprova) e Dilma (aprova). Terminados os pontos de pauta, passou-se aos
70 “*Informes Gerais*”. Gilmar passou a leitura de ofício recebido da Sociedade São Vicente de Paulo,
71 solicitando a cessão de violões para realização de atividades junto aos moradores do Bairro Iuna.
72 Severina Alda manifestou-se contrária a cessão uma vez que os referidos equipamentos devem ser

73 utilizados em atividades de fomentação dos grupos do serviço de convivência e fortalecimento de
74 vínculos nos CRAS, sendo acatado por todos os conselheiros presentes. Severina Alda convidou os
75 presentes, bem como solicitou divulgação da campanha de venda de kits para ajudar o Hospital do
76 Câncer de Barretos, a qual está sob responsabilidade da ANMEC. Lucidalva passou a leitura de
77 convite enviado pela FACTU de palestra em comemoração ao dia do diretor no dia 12 de setembro
78 às 14 hs. Em seguida passou a leitura de e-mail da técnica do CEAS, Rosalice Tassar solicitando
79 posicionamento do CMAS com relação do não cumprimento do objetivo do Posto de Atendimento
80 da PCH – Unai Baixo. Lucidalva ressaltou que o CEAS, através da mencionada técnica, vem sendo
81 reticente para o fechamento do relatório de cumprimento da PCH-Unai Baixo e possível finalização
82 de suas atividades. Dessa forma, a Comissão se reunirá no dia 15 de setembro, no período da manhã
83 para discutir a questão. Passou em seguida a leitura de recebimento do planejamento do serviço de
84 acolhimento Casa lar, sendo o mesmo encaminhado à Comissão de Instrumentos Legais. Passou a
85 leitura de ofício do Cadastro Único encaminhando relatório de execução financeira daquele órgão a
86 serem informados no Demonstrativo Financeiro Anual. Na oportunidade, Gilmar informou que foi
87 disponibilizado um profissional com formação contábil para realização das prestações de contas,
88 bem como este permanecerá na Secretaria para se responsabilizar pelo setor contábil. Severina Alda
89 informou de sua participação em encontro promovido pelo MDS, realizado na cidade de São Paulo
90 quando foi discutido o trabalho social com famílias, onde percebeu que os problemas são parecidos
91 em outros municípios e até mesmo outros estados. Mas que ficou otimista com relação a mudanças
92 que trarão impactos substanciais no trabalho desenvolvido, envolvendo os profissionais e o público
93 atendido. Encerrando os informes gerais Lucidalva informou do agendamento de reunião com o
94 Ministério Público para o dia 24 de setembro, sendo disponibilizadas quatro vagas, vez que a
95 reunião acontecerá no gabinete do promotor. Os presentes solicitaram a ampliação do número de
96 participantes, vez que torna-se necessário a participação dos serviços de acolhimento e do Conselho
97 Tutelar, o qual será verificado pela Secretaria Executiva. Nada mais havendo a tratar, a presidente
98 encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, e eu, Isabel Aparecida Cruz Randi, lavrei essa
99 ata que será lida e aprovada por todos os presentes em reunião. **ENCERRAMENTO:16h34min.**